

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA NOTURNO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO II  
PROF. DRA. KARINA CARVALHO VERAS DE SOUZA

JAIRTON EDERSON SILVA DE CARVALHO  
MARCOS ANTONIO SANTOS DE OLIVEIRA SOUSA  
MARIA HELENA MACEDO

**À LUZ DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA  
INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO ESCOLAR**

NATAL/RN  
2024

# **À LUZ DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO ESCOLAR**

JAIRTON EDERSON SILVA DE CARVALHO  
MARCOS ANTONIO SANTOS DE OLIVEIRA SOUSA  
MARIA HELENA MACEDO  
DRA. KARINA CARVALHO VERAS DE SOUZA

## **RESUMO**

Este artigo discute os desafios enfrentados na inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, destacando a importância dessa prática para o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dessas crianças. A pesquisa abordou uma metodologia que envolveu revisão bibliográfica, com o intuito de compreender os obstáculos enfrentados pelos educadores e identificar estratégias eficazes para promover a inclusão. O objetivo principal foi evidenciar a importância da inclusão de crianças autistas no contexto escolar para o desenvolvimento de suas habilidades sociais e emocionais, visando proporcionar um ambiente que promova o aprendizado e a interação positiva com seus pares. Espera-se que este estudo forneça insights valiosos sobre os desafios enfrentados na inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, além de identificar estratégias eficazes para promover a inclusão e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais dessas crianças. Os resultados esperados incluem a conscientização sobre a importância da inclusão, bem como a disseminação de boas práticas que possam ser adotadas por educadores e profissionais da saúde. Conclui-se que a inclusão eficaz requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como o uso de estratégias adaptativas e recursos adequados para apoiar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças autistas.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Crianças autistas. Ambiente escolar. Habilidades sociais. Habilidades emocionais.

## 1. INTRODUÇÃO

A crescente importância da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar tem sido amplamente reconhecida, suscitando interesse tanto na comunidade científica quanto educacional. A busca pela inclusão educacional visa assegurar que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de aprendizado que contribuam significativamente para seu desenvolvimento. No entanto, a inclusão de crianças autistas traz consigo desafios específicos devido às características intrínsecas dessa condição, que impactam o desenvolvimento social, emocional e acadêmico desses indivíduos.

Segundo teóricos como Vygotsky (1984), o desenvolvimento infantil é um processo complexo influenciado pela interação com o ambiente social. Portanto, um ambiente escolar inclusivo e acolhedor torna-se crucial para facilitar essa interação de maneira eficaz, ampliando assim as habilidades sociais das crianças autistas.

Além disso, Piaget (1978) postula que o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre por meio de estágios sequenciais de construção do conhecimento, ressaltando a importância da interação da criança com o ambiente para um desenvolvimento cognitivo adequado.

Nesse contexto, a inclusão assertiva de crianças autistas na escola pode ter um impacto positivo significativo em seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às habilidades sociais e acadêmicas. Estudos demonstram que a interação com pares típicos pode promover o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação em crianças autistas (Silva; Dessen, 2001). Além disso, conforme apontado por Bosa (2006), a inclusão proporciona oportunidades de aprendizado mais ampliadas, beneficiando o desenvolvimento cognitivo e acadêmico dessas crianças.

Entretanto, a inclusão de crianças autistas na escola enfrenta desafios consideráveis. A falta de compreensão e preparo adequado por parte dos professores e colegas, juntamente com a escassez de recursos e estratégias específicas de ensino, pode limitar o sucesso da inclusão e o desenvolvimento das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Diante do crescente debate sobre a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, tanto na área da educação quanto da psicologia, este artigo se justifica ao contribuir para uma análise aprofundada dos desafios enfrentados nesse processo. A compreensão desses desafios é fundamental para implementar práticas inclusivas mais eficazes e promover um ambiente escolar que atenda às necessidades de todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar os desafios da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, assim como também evidenciar a contribuição da análise comportamental no desenvolvimento de crianças atípicas no contexto escolar.

## **2. METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa, sendo conduzido por meio de uma revisão bibliográfica aprofundada e realizada de forma virtual. O objetivo é explorar e analisar a inclusão de crianças atípicas no ambiente escolar, com foco no desenvolvimento infantil.

Para embasar teoricamente nosso trabalho, utilizamos diversas ferramentas de pesquisa online, tais como Google Acadêmico, Scielo, artigos científicos, revistas especializadas e dissertações. Essas fontes permitirão a coleta de dados e o acesso a estudos relevantes que sustentem as discussões propostas.

A revisão bibliográfica será orientada por autores renomados nas áreas de análise comportamental e psicologia escolar. Em particular, focaremos em teorias que discutem a inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto educacional, bem como o impacto dessa inclusão no desenvolvimento infantil.

Além de referenciar autores clássicos da psicologia infantil, como Jean Piaget e Lev Vygotsky, o estudo também incluirá contribuições contemporâneas de pesquisadores que investigam a temática da inclusão escolar. Através da análise dessas diferentes perspectivas, será possível delinear um panorama abrangente sobre o tema e identificar os principais desafios e avanços no campo.

Essa abordagem metodológica permitirá não apenas a compreensão do estado atual da pesquisa sobre a inclusão escolar de crianças atípicas, mas também a identificação de lacunas na literatura que possam ser exploradas em estudos futuros.

### 3. RESULTADO E DISCUSSÕES

O autismo é um transtorno complexo que ainda não possui uma causa definitiva identificada. Ele geralmente se manifesta na infância, antes dos três anos de idade, e afeta mais frequentemente os meninos do que as meninas. Os sintomas são variados, mas comuns incluem dificuldades na comunicação e na socialização, além de comportamentos repetitivos e resistência a mudanças. Pessoas com autismo muitas vezes apresentam um potencial cognitivo considerável, embora possa não ser imediatamente evidente. Eles podem ter uma capacidade notável de memorizar informações, mesmo que essas informações pareçam sem sentido ou não tenham aplicação prática. Dificuldades motoras e problemas relacionados à alimentação também podem estar presentes. Essa condição pode ser desafiadora tanto para os indivíduos afetados quanto para suas famílias, exigindo compreensão, apoio e intervenção adequada. (VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B, 2010).

Com a introdução do conceito de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), por meio das pesquisas de M. Rutter e D. Cohen, o autismo começou a ser concebido e entendido como "um grupo de distúrbios qualitativos que afetam funções essenciais no desenvolvimento humano, distinguindo-se da psicose infantil" (Belisário Filho, 2010, p. 12). A partir dessa abordagem, foram identificadas outras características distintas.

Além disso, o autismo é marcado por alterações significativas no funcionamento social e comportamental, podendo existir déficits que interferem na capacidade de interação, comunicação e comportamento. Esses déficits interferem na capacidade da pessoa de interagir com outras pessoas e com o ambiente, afetando sua habilidade de entender e responder ao que é dito pelos outros e de interpretar e expressar sentimentos. O autismo é um transtorno de desenvolvimento caracterizado por uma má adaptação ao meio social, dificuldade para interagir em grupo, baixo nível de comunicação verbal e não verbal, comportamento repetitivo e estereotipado, dificuldade de adaptação a mudanças e comportamento obsessivo-compulsivo. (Mello, 2007, p. 16).

É comum que os pais comecem a perceber sinais de comprometimento em seus bebês, como sono excessivo, calma incomum, rejeição ao colo ou choro prolongado

e inconsolável. À medida que a criança cresce, eles notam que ela não responde a comandos simples, não demonstra emoções ou sensações típicas da idade e não imita gestos ou sons como esperado. Além disso, essas crianças tendem a evitar o contato visual ou mantê-lo por períodos muito curtos. São frequentes também as estereotípias, como movimentos repetitivos das mãos ou do corpo, fixação prolongada do olhar nas mãos e hábitos como morder-se, morder as roupas ou puxar os cabelos. (Mello, 2007, p. 18-19).

De acordo com Schwartzman (2003), o autismo é reconhecido como uma condição crônica que perdura ao longo do tempo, marcada principalmente por desafios no processo de desenvolvimento. Este distúrbio abarca uma ampla gama de manifestações, afetando variavelmente a comunicação, interação social, comportamento e padrões de interesse. Assim, o tratamento do autismo é percebido como uma jornada contínua e multifacetada, demandando a colaboração de uma equipe interdisciplinar. Essa equipe, composta por profissionais de diferentes áreas, trabalha em conjunto para fornecer intervenções abrangentes que abordam as diversas dimensões do desenvolvimento infantil afetadas pelo autismo.

No entanto, atualmente, há uma variedade de abordagens de acompanhamento e tratamento disponíveis para auxiliar no desenvolvimento das crianças com autismo. A maioria dos especialistas enfatiza a importância de iniciar o tratamento o mais cedo possível para maximizar os efeitos dos estímulos. Eles também destacam a necessidade de adaptar os atendimentos de acordo com as necessidades e características individuais de cada criança. (Bosa, 2006).

Quando uma criança com dificuldades de interação social, obediência às regras e adaptação ao ambiente escolar ingressa na escola, é comum que esses comportamentos sejam interpretados erroneamente como falta de educação ou desrespeito aos limites estabelecidos. No entanto, devido à falta de conhecimento sobre o autismo, os profissionais da educação podem não conseguir identificar prontamente as características autísticas, especialmente em casos de funcionamento de alto nível com comprometimento leve. (Santos, 2008, p. 9).

A psicologia escolar desempenha um papel crucial ao capacitar os profissionais da educação para reconhecerem e compreenderem as necessidades específicas das

crianças autistas. Contudo, a falta de preparo adequado e a escassez de materiais e bibliografias específicas dificultam o acesso à informação e a implementação de práticas inclusivas e acolhedoras nas escolas. Portanto, é fundamental investir em formação continuada e disponibilizar recursos adequados para que os profissionais da educação possam criar um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às necessidades individuais de cada aluno. (Santos, 2008, p. 9).

Na educação inclusiva, é essencial que a escola esteja pronta para enfrentar os desafios e atender às necessidades de proporcionar uma educação de qualidade para todos os seus alunos. É crucial compreender que cada aluno na escola apresenta características individuais, como ritmo de aprendizagem, interesses diversos e valores únicos, tornando-os únicos e especiais. Assim, uma educação de qualidade deve considerar e respeitar essa diversidade.

Segundo (FRIAS; MENEZES.2008) O desafio da escola é lidar com a diversidade de alunos representada nela e construir um conceito que leve a resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem, garantindo a inclusão de todos os alunos de direito. Portanto, é necessário incluir os autistas, pois a inclusão visa proporcionar educação para todos, sendo um direito constitucional tanto do aluno autista quanto de qualquer outro com necessidades educacionais especiais, além de ser um direito de todos os cidadãos à educação. É crucial observar tanto as dificuldades quanto as facilidades da criança no processo de aprendizagem. Todo planejamento deve ser personalizado de acordo com o estilo de aprendizagem demonstrado por cada criança, conforme indicado pelos dados coletados. Esses dados geralmente consistem em registros do desempenho da criança em cada programa, como acertos ou erros em perguntas, necessidade de ajuda, entre outros. Essas informações são frequentemente organizadas em gráficos que o analista do comportamento utiliza para tomar decisões contínuas em relação ao progresso de sua intervenção. (FAZZIO,2012, p.15).

Considerando os desafios de aprendizagem mencionados anteriormente, é evidente como pode ser difícil para uma criança com autismo manter a atenção e aprender da mesma forma que uma criança com desenvolvimento típico. Nesse contexto, é importante destacar a metodologia ABA (Análise do Comportamento

Aplicada), que tem sido amplamente utilizada como uma intervenção eficaz no comportamento de pessoas com autismo. Além de muitos benefícios, a ABA tem sido associada a ganhos significativos no desenvolvimento cognitivo e pedagógico dessas crianças.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) emerge do campo científico do Behaviorismo, focando a compreensão e modificação dos comportamentos humanos através da análise das interações entre o ambiente e a aprendizagem. Esta abordagem é essencial na compreensão e intervenção no comportamento de indivíduos com necessidades especiais, incluindo crianças autistas, nos ambientes educacionais. Os desafios da inclusão de crianças autistas nas escolas são multifacetados e requerem uma abordagem holística. A ABA se destaca como uma ferramenta valiosa nesse contexto, fornecendo métodos sistemáticos para identificar, analisar e modificar comportamentos, facilitando assim a integração dessas crianças no ambiente escolar. (ANDERSON,2007, p.10).

Ao aplicar os princípios da ABA, os educadores podem desenvolver estratégias personalizadas para atender às necessidades individuais de crianças autistas. Isso pode incluir a criação de ambientes de aprendizagem adaptativos, o estabelecimento de rotinas claras e previsíveis, o uso de reforços positivos e a implementação de intervenções comportamentais específicas para promover habilidades sociais, de comunicação e acadêmicas. (Lear, K., 2004)

Para ressaltar a importância e os desafios da aplicação da ciência ABA na inclusão de alunos autistas na rede regular de ensino, é crucial destacar algumas considerações em relação a esse processo. Primeiramente, é necessário reconhecer que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental, incumbindo ao Estado garantir sua efetivação e universalização. Isso é evidenciado nos artigos 205 a 208 da Constituição, os quais delineiam os princípios e diretrizes fundamentais desse direito.

Artigo 205: A educação é um direito de todos e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Deve ser promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua capacitação para o trabalho.

Artigo 206: O ensino será fundamentado nos seguintes princípios: I - Garantia de igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Artigo 208: O Estado tem o dever de assegurar a efetivação da educação, incluindo: III - Provimento de atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente dentro do sistema regular de ensino.

Assim, constitucionalmente, a Educação Especial foi garantida às pessoas com qualquer tipo de deficiência, assegurando-lhes igualdade de oportunidade e acesso à educação. Cabe destacar ainda que o Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabelece que:

Artigo 58: Educação especial, conforme definida por esta Lei, é a forma de educação escolar oferecida preferencialmente dentro da rede regular de ensino, destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º: Quando necessário, serão disponibilizados serviços de apoio especializado dentro da escola regular, para atender às necessidades específicas dos alunos da educação especial.

§ 2º: O atendimento educacional será oferecido em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, devido às condições particulares dos alunos, sua integração nas classes comuns do ensino regular não for viável.

§ 3º: A oferta de educação especial, obrigação constitucional do Estado, inicia-se na educação infantil e estende-se ao longo da vida, conforme estabelecido no parágrafo único do Artigo 60 desta Lei e observando o inciso III do Artigo 4º. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (Brasil, 1996).

Dessa forma, fica claro que a legislação trabalha em favor de todos, atendendo às suas necessidades e garantindo serviços de apoio especializado para promover uma inclusão genuína. Além disso, é fundamental ressaltar um ponto crucial para a Educação Inclusiva: a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). A partir desse

documento, os sistemas educacionais passaram a assegurar não apenas o direito universal à educação, mas também a igualdade de acesso a ela.

Assim, as escolas inclusivas devem estar cientes e responder às diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Isso implica em garantir um alto padrão educacional para todos, por meio de currículos adaptados, uma organização escolar eficaz, estratégias pedagógicas variadas, utilização de recursos adequados e colaboração estreita com as comunidades locais. (UNESCO, 1994, p. 21).

Com a implementação desse modelo de escola inclusiva, surgiram processos de intervenção que promoveram uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, começou-se a encarar e aceitar as diversidades como algo natural, sendo essencial para promover uma mudança de atitudes em direção a uma sociedade mais inclusiva. É importante reconhecer que as crianças autistas possuem singularidades e necessidades específicas. Nesse sentido, a inclusão desses alunos deve levar em conta que uma das principais dificuldades que enfrentam está relacionada ao início de suas interações sociais, especialmente em seu ambiente escolar.

Segundo Almeida (1997), o ser humano possui uma predisposição inata para estabelecer vínculos sociais, porém, ressalta que o desenvolvimento social ocorre de fato por meio da continuidade e da progressão das interações, independentemente da fase da vida em que ocorrem. Além disso, destaca-se que o percurso individual não é determinado apenas por fatores genéticos ou limitado aos primeiros anos de vida, embora esse período seja crucial para o desenvolvimento.

Almeida (1997) Além disso, ele esclarece que o desenvolvimento social é influenciado principalmente pelas mudanças biológicas esperadas, pelas condições ambientais que cercam a criança, pelas interações sociais em seu entorno e pelo desenvolvimento cognitivo, entre outros fatores. Isso significa que, por meio de intervenções, é possível mitigar as dificuldades associadas a qualquer síndrome, inclusive na rede regular de ensino. Portanto, proporcionar oportunidades para que crianças autistas possam estar e interagir com outras de sua idade na escola não apenas estimula suas habilidades sociais, mas também pode reduzir o isolamento social que frequentemente enfrentam.

Adicionalmente, é importante ressaltar que as habilidades sociais podem ser desenvolvidas por meio das interações e trocas de experiências que ocorrem durante o processo de aprendizagem, especialmente quando a criança está inserida em um ambiente inclusivo na rede regular de ensino. No entanto, é fundamental enfatizar que tanto os professores quanto os demais participantes desse processo de inclusão escolar devem se esforçar para compreender e respeitar as singularidades de cada aluno.

Com efeito, diante de um processo de inclusão na rede regular de ensino, mesmo de crianças com deficiências cognitivas acentuadas e grandes dificuldades em assimilação de conteúdos curriculares da educação comum, a criança pode se favorecer das experiências coletivas. O aprendizado de atitudes cotidianas, mesmo que simples, podem possibilitar que as crianças autistas se tornem mais autônomas, facilitando a possibilidade de conquistar seu lugar no ambiente em que vive.

Além disso, à medida que a criança desenvolve sua autonomia e suas relações interpessoais, torna-se gradualmente possível introduzir conteúdos mais formais em seu aprendizado (Zilmer, 2003). Portanto, mesmo diante de suas limitações, é plausível que a criança autista possa adquirir habilidades para se integrar ao seu meio social. Dessa forma, por meio de intervenções comportamentais intensivas, adaptadas às necessidades e peculiaridades individuais de cada criança, é viável promover um desenvolvimento cada vez mais eficaz e significativo para aquelas com autismo. (Zilmer, 2003).

Assim, considerando as dificuldades específicas enfrentadas pelas crianças autistas, torna-se crucial que a escola esteja atenta à necessidade de intervenções que atendam às suas necessidades individuais. Nesse contexto, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), reconhecida como uma abordagem eficaz para modificar o comportamento autista, proporcionando uma série de benefícios que resultam em avanços significativos no desenvolvimento pedagógico e cognitivo desses

Nesse sentido, é possível afirmar que a ABA tem o potencial de melhorar a qualidade de vida não apenas da criança com autismo, mas também de toda a família. Isso porque ela promove o desenvolvimento cognitivo e pedagógico da criança por

meio de um processo integrado e significativo, projetado para atender às suas necessidades individuais.

Os resultados da leitura de diversos artigos evidenciam que a intervenção da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no ambiente escolar tem um impacto significativo no processo de inclusão. As intervenções, quando realizadas de maneira assertiva e respeitando a individualidade de cada aluno, facilitam o processo de adaptação e promovem uma integração mais eficaz. Essa abordagem personalizada permite que as necessidades específicas de cada estudante sejam atendidas, favorecendo uma inclusão mais justa e eficiente no contexto escolar.

#### **4. CONCLUSÃO**

A inclusão de crianças autistas no ambiente escolar é um tema complexo que demanda uma compreensão holística das necessidades desses alunos, bem como das estratégias eficazes para promover seu desenvolvimento e bem-estar dentro do contexto educacional. Na perspectiva da análise comportamental aplicada, é fundamental considerar não apenas as características individuais das crianças autistas, mas também o ambiente escolar como um todo, incluindo o apoio dos professores, a estrutura do currículo e a interação com os colegas.

Um dos principais desafios enfrentados na inclusão de crianças autistas é a falta de compreensão e sensibilidade por parte dos professores e dos colegas de classe. Muitas vezes, as diferenças no comportamento e na comunicação das crianças autistas são mal interpretadas, o que pode levar a estigmatização, isolamento social e dificuldades de aprendizagem. Portanto, é crucial oferecer treinamento e apoio aos professores para que possam reconhecer e atender às necessidades específicas desses alunos de forma eficaz.

Além disso, a adaptação do currículo e das atividades educacionais é essencial para garantir que as crianças autistas possam participar plenamente do ambiente escolar. Isso pode envolver a utilização de estratégias de ensino diferenciadas, o uso de recursos visuais e tecnológicos, bem como a criação de ambientes sensoriais adequados. A colaboração entre professores, psicólogos escolares e profissionais de saúde é fundamental para desenvolver planos de educação individualizados que

atendam às necessidades específicas de cada criança autista.

Por fim, é importante reconhecer o impacto positivo da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar não apenas para os próprios alunos, mas também para toda a comunidade escolar. A convivência com a diversidade promove a empatia, o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais para todos os alunos. Além disso, a inclusão prepara as crianças autistas para uma vida adulta mais independente e integrada na sociedade.

Em consideração final, a pesquisa sobre os desafios da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar desempenha um papel crucial na promoção de práticas educacionais inclusivas e na defesa dos direitos das pessoas com autismo. Ao destacar as necessidades específicas desses alunos e identificar estratégias eficazes de apoio, a pesquisa contribui para a criação de ambientes escolares mais acolhedores, igualitários e acessíveis a todos. Investir nesse campo de estudo é fundamental para promover uma educação de qualidade e uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. As relações entre pares em idade escolar. Um estudo de avaliação da competência social pelo método Qsort. Tese (Doutorado) - Universidade do Minho, Braga, 1997.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Ver. Téc. Aristides Volpato Cordioli et al. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDERSON, M. **Tales from the table: Lovaas/ABA intervention with children on the autistic spectrum**. Pentonville: Road London, 2007
- ANDERSON, S. R.; AVERY, D. L.; DIPIETRO, E. K.; ELLETRE, K.; EDWARDS, G. L. e cols. **Intensive home-based early intervention with autistic children. Education and Treatment of Children**, v. 10, nº 4, p. 352-366, 1987.
- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado. 1988.

FARIAS, E. M. A. MENEZES, M. C. B. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> G. Acesso em: 02 jan. 2024.

FAZZIO, D. **O Verdadeiro ABA**: Um Programa Público Modelo de Intervenção Comportamental Precoce Para Crianças Com Autismo. Revista Autismo. n. 2. abril, 2012. Disponível em: Acesso em: 02 jan. 2024.

HEWITT, S. **Compreender o Autismo**. Estratégias para alunos com autismo nas escolas regulares. Porto: Porto, 2006.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender**. Um programa de treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto estabelecido. 2 ed. Toronto, 2004.

MELLO, A. M. S. R.; VATAVUK, M. C. **Autismo**: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

MEYER, S. B. Análise funcional do comportamento. In: COSTA, C. E.; LUZIA, J. C.; SANTANNA, Heloísa H.N. (Org.) **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. v. 1. Santo André: Esetec, 2003.

MILTENBERGER, R. G. **Behavior modification**: principles and procedures. Wadsworth: Thompson Learning, 2001.

OSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s47?s53, maio 2006.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 133?141, maio 2001.

VIEIRA, Therezinha. Dias, A e Oiticica, C.M. (2014) Piaget, J. A. Formação do símbolo na criança. Imitação, jogo, sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro, LTC (original 1964). Bol. - **Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 237-240, jan. 2015. Disponível Em: &lt;[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2015000100016&lng=pt&nrm= iso&gt;](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100016&lng=pt&nrm= iso&gt;). Acesso em 23 abr. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998. 191 p.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

WINDHOLZ, M. H. Autismo infantil: terapia comportamental. In: SCHWARTZMAN, J. S. ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B. (Eds.). **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 1995. p. 179-210.